

Metodologia de análise na teoria da dependência: da análise dos problemas latino-americanos ao desenvolvimento de propostas de intervenção

Methodology of analysis in dependency theory: from the analysis of the Latin American problems to the development of intervention proposals.

Luisa Maria Nunes de Moura e Silva¹

Resumo: Pretendemos, neste trabalho, iniciar um mapeamento e aprofundar o entendimento de conceitos, variáveis e indicadores desenvolvidos nas vertentes críticas originárias da Teoria da Dependência (Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos) e nas vertentes que vêm se desenvolvendo na atualidade. Partimos da dualidade do conceito de *dependência*: interdependência (Fernando Henrique Cardoso) e dependência estrutural (Ruy Mauro

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pela Universidad Nacional Autonoma de Mexico-UNAM. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi Professora Visitante e Pro-Reitora de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA. Coordena o Grupo de Estudos da Teoria da Dependência, certificado pelo CNPQ. Foi professora titular de Sociologia da Universidade Ibirapuera no Programa de Mestrado em Direito Regulatório e Responsabilidade Social Empresaria. Ali coordenou o Observatório do Tráfico de Pessoas em parceria com a FDIM- Federação Democrática Internacional de Mulheres. Participa desde 1980 dos movimentos sociais pelos direitos da mulher: foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Conselho da CMB - Confederação das Mulheres do Brasil e assessora da Direção da FDIM - Federação Democrática Internacional de Mulheres nos temas Tráfico Internacional de Mulheres e Trabalho Feminino e Desenvolvimento.

Marini) e de sua validação “científica”, passando pelos conceitos de *troca desigual*, *super-exploração da força de trabalho*, *sub-imperialismo*, *padrão de reprodução*, *integração regional* e, na sequência, *inovação endógena*, *subordinação cultural*, entre outros, para construirmos um quadro conceitual que ampliará os horizontes e facilitará o direcionamento das pesquisas comparativas bem como a “precisão” da análise na elaboração de diagnósticos de problemas latino-americanos. Do quadro conceitual serão vislumbradas novas possibilidades de construção de indicadores que fornecerão elementos para decisões políticas e de intervenção social.

Palavras-chave: teoria da dependência; metodologia; América Latina.

Abstract: *In this paper, we intend to initiate a mapping and to deepen the understanding of concepts, variables and indicators developed in the critical original lineage of Dependency Theory (Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos) and in that one that have been developed in actuality. We start from the duality of the concept of dependence: interdependence (Fernando Henrique Cardoso) and structural dependency (Ruy Mauro Marini) and their “scientific” validation, moving from the concepts of unequal exchange, super-exploitation of the labor force, sub-imperialism, reproduction pattern, regional integration and, next, endogenous innovation, cultural subordination, among others, to construct a conceptual framework that will broaden the horizons and facilitate the direction of comparative research as well as the “precision” of the analysis in the elaboration of diagnoses of Latin American problems. From the conceptual framework will be glimpsed new possibilities for the construction of indicators that will provide elements for political decisions and social intervention.*

Keywords: *dependency theory; methodology; Latin America.*

INTRODUÇÃO

A retomada da Teoria da Dependência como ferramenta teórica e metodológica de análise das relações econômicas internacionais se

deu, no século XXI, no bojo da crise mundial inaugurada na economia estadunidense em 2008. A crise se desdobrou na Europa provocando ali uma compressão sobre os países periféricos da região (Portugal, Espanha, Grécia) à medida que os países centrais tentaram manter o controle sobre o nível da reprodução capitalista, quer dizer, sobre o caos instalado no nível da produção (quebra de empresas, redução de salários), da circulação (redução do consumo e estancamento do comércio), financeiro (quebra do sistema bancário), e do Estado (questionamento da institucionalidade) e dos movimentos sociais (repressão a manifestações). Este caos mostrou que o modelo de desenvolvimento dos países centrais, que é receitado para ser seguido pelos países periféricos, na realidade compromete o próprio desenvolvimento destes países à medida que seus Estados são débeis e seus governos não tomam as medidas de política econômica necessárias à retomada do crescimento econômico. As medidas concretas que foram tomadas nesse sentido, fossem de política econômica tributária, trabalhista etc., foram inspiradas e tomadas à luz de análises econômicas conservadoras e neoliberais e se mostraram inadequadas à solução da crise e à própria retomada da produção capitalista.

Os comportamentos de enfrentamento da crise ou de sua rápida recuperação por parte dos países periféricos da América Latina – como foi o caso do Brasil que, na crise dos anos 30 do século XX, tomou medidas que transformaram o déficit em superávit e conseguiu recuperar sua economia mais rapidamente que os países centrais e, na crise atual, países como Argentina, Equador e Bolívia, a enfrentaram (com investimento público, melhoria da distribuição de renda e aumento do protecionismo) – conseguiram superar a estagnação das suas economias determinadas pela dependência, mas ao mesmo tempo se colocaram na mira do mercado dos países centrais para sua própria recuperação.

Diante de um mercado consumidor promissor e de um mercado de trabalho a preços relativamente mais baratos, as empresas dos países centrais passam a intensificar a sua exportação de produtos e de capitais para a periferia, neste caso instalando ali as suas filiais ou

comprando as empresas locais nacionais recriando, à distância, os seus monopólios falidos.

Os resultados desta corrente transportadora da crise desde os países capitalistas centrais para os países da periferia do capitalismo, antes chamados “em desenvolvimento” e agora chamados de “emergentes” pela pujança de suas economias, foi uma impactante desaceleração da produção com a redução do PIB, dos níveis de emprego e o aumento da inflação e das taxas básicas de juros.

Resultados concretos na vida das famílias, como aumento do custo de vida, achatamento de salários, desvio de recursos financeiros nacionais da educação, saúde e segurança para pagar a dívida pública rapidamente incrementada pelo aumento dos juros, e financiamento público às empresas privadas que praticamente tomam de assalto as empresas locais, constituem um fenômeno que rapidamente se torna objeto de estudo de economistas, sociólogos e politólogos para sua compreensão.

O fato das finanças locais estarem sendo drenadas para o exterior, para os países do centro do capitalismo, e lá serem utilizadas para atenuar os efeitos da crise capitalista torna manifesta a tentativa de recuperação do desenvolvimento do capitalismo no centro à custa da estagnação e subdesenvolvimento nos países periféricos, demonstrando a verdadeira relação parasitária que se estabelece entre o desenvolvimento do capitalismo do centro e o (sub)desenvolvimento do capitalismo da periferia.

Se no passado colonial se deu o assalto às riquezas naturais dos países latino-americanos por parte dos países da metrópole, contribuindo assim para o processo chamado de “acumulação primitiva” no centro; se no período da independência e de formação dos estados nacionais o intercâmbio desigual caracterizou as relações econômicas internacionais drenando os recursos gerados pela produção de produtos primários no geral: mineração, agricultura e pecuária para o centro através da compra de produtos manufaturados de maior valor agregado; no período dos monopólios capitalistas estas relações econômicas

internacionais se caracterizam pela retroalimentação do sistema capitalista central através do valor do trabalho expropriado.

No período anterior, a transferência pelo intercâmbio desigual também era resultado do valor do trabalho expropriado, e Ruy Mauro Marini² afirma que ali nasceu a superexploração; no período dos monopólios e do imperialismo, agregou-se ao intercâmbio desigual a remessa de juros e lucros e acirrou-se a superexploração (Marini, 1974).

Explicando: na medida em que os preços dos produtos monopolizados tendem a ser globais e na medida em que o valor da força de trabalho pago pelo mercado tende a ser local, este diferencial de valores da força de trabalho é o que atrai as empresas para a periferia. Aqui elas conseguem pagar abaixo do valor global da força de trabalho, o que aumenta à enésima potência a sua capacidade de extrair a mais-valia – diferença entre o valor criado pelo trabalhador ao produzir uma mercadoria e o valor que ele recebe pelas horas trabalhadas (salário) e que corresponde ao valor da reprodução de sua própria força de trabalho, isto é, simplificarmente, o valor da cesta de seu consumo e de sua família que garantem a sua força de trabalho saudável e produzindo.

A visibilidade deste processo não é automática, mas a população é sensível aos resultados da diminuição dos investimentos públicos em saúde, educação, mobilidade e segurança por parte dos governos locais que repercutem diuturnamente em situações vexatórias para todas as camadas da população.

Os movimentos sociais expressam seu mal-estar e discordâncias e os cientistas sociais, especialmente os economistas, se debruçam sobre as teorias em busca de explicações racionais e lógicas para além da “mão invisível do mercado” e de indicadores que possam ser vali-

2 Ruy Mauro Marini foi um dos mais brilhantes intelectuais latino-americanos. Destacou-se por sua importante obra que subverteu o pensamento colonizado dominante e por sua coerente militância política. Sua vida condensa um dos mais importantes períodos da história política da América Latina. Professor e intelectual rigoroso, integrado nas tarefas políticas na época de transformações revolucionárias e contra-revolucionárias da época em que viveu. Nasceu em 1932 no Brasil e aqui faleceu em 1997, após três exílios que o levaram ao México, ao Chile e novamente ao México. Ver sítio <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>.

dados politicamente e transformados em intervenções pelos governos para superar estas situações.

Assim, no Brasil, e de resto em toda a América Latina, são retomados em Universidades e Centros de Pesquisa os estudos da dependência focados pelas Teorias da Dependência.

Duas grandes vertentes teóricas dos estudos da dependência se manifestam: a que chamaremos de Teoria da Interdependência, cujos expoentes são Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso, que advoga que o desenvolvimento local da periferia só se pode realizar à custa da importação de capitais porque o nível de acumulação e a ausência de uma burguesia local empreendedora não permitem tal desenvolvimento; que esta importação traria boas consequências para a economia porque motivaria o desenvolvimento das forças produtivas nacionais; e que o desenvolvimento assim equacionado poderia nos aproximar do desenvolvimento dos países do centro (Cardoso e Faletto, 1970). Ao perceberem que a tendência desta vertente é fazer a apologia da submissão do Estado e da quebra da soberania dos países, ela foi abandonada pelos intelectuais militantes em movimentos sociais que pretendiam entender a realidade para nela intervirem adequadamente e com o resultado esperado.

Por outro lado, a Teoria da Dependência na sua vertente marxista, a de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, afirma uma versão dialética desta relação e mostra que ela só beneficia os países centrais em detrimento dos países dependentes porque procede a uma transferência do valor do trabalho local materializado nas mercadorias, para os países centrais, via o intercâmbio desigual de mercadorias e também, na fase monopolista, via a remessa de lucros e juros; acrescenta-se, a remessa de matérias primas de baixo valor agregado extraídas dos recursos naturais indispensáveis à inovações tecnológicas para o desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais; o que vem a configurar a **dependência estrutural**.

1. CONCEITOS DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: NOTAS PRELIMINARES SOBRE MÉTODO

Num comentário preliminar ao enunciado dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência, precisamos esclarecer que nosso olhar filosófico sobre os processos sociais e da natureza que neste trabalho apreciamos – as relações econômicas internacionais entre o centro e a periferia sob o capitalismo, mais precisamente as relações de dependência – se referencia na filosofia grega para afirmarmos que dois grandes movimentos presidem a busca dos seres humanos pelo seu desenvolvimento: o da sobrevivência (sua e de sua espécie) e o da felicidade (ética, política, beleza, etc.). Os dois movimentos só podem se concretizar em bases reais, materiais e historicamente definidas: a do desenvolvimento das forças produtivas e o das relações sociais de produção características de cada modo de produção da sobrevivência da espécie.

Para captarmos abstratamente estes dois movimentos, que existem na natureza e na sociedade, partimos de dois princípios lógicos: o da forma ou metafísico, e o do movimento ou dialético (a evolução pode ser e é dialética quando compreendida na espiral do mais simples ao mais complexo) e os operamos pelo raciocínio através de métodos lógicos que correspondem nominalmente a esses mesmos movimentos: o método metafísico e o método dialético ou do materialismo histórico (Favaretto e ali, 1984).

Cada método disciplina o pensamento na percepção da forma e do movimento dos fenômenos, respectivamente, e tem regras que orientam o raciocínio na articulação das informações que chegam até ao cérebro pelos cinco sentidos. A dialética nos diz que a evolução dos fenômenos da natureza e da sociedade se dá aos saltos, e que eles se tornam cada vez mais complexos na medida em que a história de cada um deles evolui. Por outro lado, a metafísica nos diz que esses fenômenos têm uma forma que lhes corresponde e ao aplicarmos ambos os raciocínios lógicos à análise de um fenômeno físico ou social verificamos que cada estrutura criada por um movimento histórico pode

assumir várias formas distintas assim como várias estruturas podem assumir uma mesma forma.

A Metafísica se baseia na lógica formal e em três princípios:

1. Imutabilidade
2. Imobilidade
3. Quantitativo é diferente de qualitativo

E são três as suas principais regras:

1. a identidade dos fenômenos: uma coisa é idêntica a si mesma. Um vegetal é um vegetal, um animal é um animal; a vida é a vida, a morte é a morte. Os metafísicos, pondo este princípio numa fórmula dizem: A é A;
2. a não contradição entre os fenômenos: uma coisa não pode ser, ao mesmo tempo, ela mesma e o seu contrário. Um vegetal não é um animal, um animal não é um vegetal. A vida não é a morte, a morte não é a vida. Os metafísicos dizem: A não é não-A;
3. a regra do terceiro-excluído (ou exclusão do terceiro caso): entre duas possibilidades contraditórias não há lugar para uma terceira. Um ser é animal ou vegetal; não há lugar para uma terceira possibilidade. É preciso escolher entre a vida e a morte, não um terceiro caso. Se A e não-A são contraditórios, determinada coisa é A ou não-A.

As regras do método metafísico foram elaboradas antes que a dialética se impusesse como princípio lógico da análise filosófica, o que só veio a ocorrer no século XIX com a escola hegeliana na Alemanha, e se contradizem com as regras do método dialético, sobretudo depois que Marx subverteu a ordem do raciocínio do abstrato ao concreto para o raciocínio do concreto ao abstrato, para afirmar que são as condições de existência que determinam a consciência (pensamento) e não o pensamento que determina a existência. E ainda que o circuito

do conhecimento e do seu uso para modificar os fenômenos em favor da sobrevivência e da felicidade humana (existência, pensamento e ação sobre qualquer situação da natureza ou da sociedade) só se dá a partir da existência e não se inicia pelo pensamento puro.

A Lógica Formal, em suma, não atinge senão o aspecto mais imediato da realidade. O Método Dialético vai mais longe: ele tem por objetivo atingir todos os aspectos de um processo.

O Método Dialético se baseia na lógica Dialética e nos seguintes princípios:

1. O movimento
2. A contradição
3. A transformação qualitativa

E são quatro as suas principais regras:

1. Tudo se relaciona: em contraposição à Metafísica, a Dialética olha a natureza e a sociedade não como um amontoado acidental de objetos e de fenômenos destacados uns dos outros, isolados e independentes, mas como um todo unido, coerente, com uma razão de ser, em que os objetos e os fenômenos são organicamente (de organicidade) ligados entre si, dependendo uns dos outros e se condicionando reciprocamente.
2. Tudo se transforma: em oposição à metafísica, a dialética vê a natureza não como um estado de repouso ou de imobilidade, de estagnação e de imutabilidade, mas como um estado de movimento e mudança perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessante, onde sempre qualquer coisa nasce e se desenvolve, qualquer coisa se desagrega e desaparece. É por isso que o método dialético considera os fenômenos, não apenas do ponto de vista de suas relações e de seus condicionamentos recíprocos, mas também, do ponto de vista do movimento, da mudança, do desenvolvimento; do ponto de vista do seu aparecimento como fenômeno e do seu desaparecimento.

3. A quantidade se transforma em qualidade: em oposição à metafísica, a dialética considera o processo de desenvolvimento não como um simples processo de crescimento, em que as mudanças quantitativas são apenas um simples aumento de quantidade dos fenômenos, mas como um desenvolvimento que passa das mudanças quantitativas insignificantes, latentes para as mudanças aparentes e radicais, as mudanças qualitativas. Por vezes as mudanças qualitativas não são graduais, mas rápidas, súbitas, e se operam por saltos de um estado a outro; essas mudanças não são contingentes, acidentais, mas necessárias, são o resultado da acumulação de mudanças quantitativas imperceptíveis e graduais.
4. A luta dos contrários: em oposição à metafísica, a dialética parte do ponto de vista de que os objetos e os fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro. Todos têm elementos que desaparecem e elementos que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças quantitativas em qualitativas. O estudo da contradição, como princípio do desenvolvimento dos fenômenos e do pensamento nos permite destacar suas principais características: a contradição é interna; é inovadora; há unidade entre os contrários, por meio da fórmula: Tese x Antítese = Síntese.

1.1. CONCEITOS ANALÍTICOS DA DIALÉTICA

A Dialética materialista considera, ao analisar como as sociedades se organizam para produzir a sua sobrevivência, que essa organização é determinada pelo **nível de desenvolvimento das forças produtivas** e pelas **relações sociais de produção** que se estabelecem entre os homens e a natureza (forma da propriedade dos meios de

produção: coletiva, familiar ou privada) e entre os homens entre si (classes sociais).

Ao se organizarem, em cada momento histórico, são grupos sociais que trabalham e produzem os bens de subsistência e se encarregam de cada parte do processo produtivo (produção de alimentos e objetos, transporte, comércio) e neste processo se diferenciam também pela forma como participam da organização da produção e da sociedade.

Existem, portanto, na história da humanidade cinco formas diferenciadas de produzir e de organizar a sociedade: a **comunidade primitiva** (na qual todos produziam para todos e a distribuição de tarefas se dava conforme a capacidade física humana); a **sociedade escravista** (em que os escravos, que eram propriedade familiar produziam para a família ampliada); a **sociedade feudal** (quando os servos produziam na terra e repartiam o resultados da produção com os seus senhores em troca de proteção; a **sociedade capitalista**, dividida em três fases históricas, mercantil, industrial e financeira - quando o capital industrial se funde com o capital bancário- (em que os resultados da produção dos trabalhadores são apropriados pelas classes que detém a propriedade do capital através dos mais diversos mecanismos de transferência, sendo o principal o da apropriação da mais valia ou diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor necessário para manter o trabalhador produzindo = equivalente à cesta de consumo do trabalhador, sendo este o principal indicador da exploração da força de trabalho sob o capitalismo); e a **sociedade comunista**, à qual a Humanidade passa através do socialismo, onde a lógica da produção é de bens e não é dada pelo mercado, isto é, não é dada pela necessidade da sua venda e sim pela necessidade de saciar a necessidades básicas, culturais, da sociedade e de cada família.

Caracteriza-se teoricamente como **infra-estrutura** da sociedade o conjunto das **forças produtivas** (os meios de produção e a força de trabalho, e ferramentas da produção) e as **relações sociais de produção**. Já a **super-estrutura** é composta pela **cultura**, que em cada tipo de sociedade corresponde aos bens imateriais e suas práticas

(ideologias, ética, ciências e tecnologias, normas e regras de comportamento social, religiões etc.) e por uma forma de organização institucionalizada e cristalizada no **Estado** (com um governante, um corpo de leis e um aparato repressivo).

Seguindo as diversas regras do método, especialmente a de que “tudo se relaciona”, estes conceitos e categorias, isolados para fins de análise, mantêm na prática uma relação entre si de estrutura e forma, que permite a construção mental, abstrata e teórica do que se passa na realidade a cada momento da história.

2. CONCEITOS DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

A construção da Teoria da Dependência se deu nos anos 60 do século passado quando intelectuais preocupados com a situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos questionariam as ideias de que para desenvolver (o capitalismo, via industrialização) a América Latina seria necessário adotar o desenvolvimento dos países capitalistas tradicionais da Europa e dos Estados Unidos como modelo a ser seguido.

Correntes como a do “etapismo” de Gunnar Myrdal, do Dualismo, a CEPAL – Comissão para o Desenvolvimento da América Latina de Raul Prebisch e Celso Furtado, defendiam a utilização do modelo de desenvolvimento, ora norte-americano, ora europeu, para desenvolver a América Latina, até que Gunder Frank estabeleceu os novos parâmetros de análise. Assim levou os teóricos da dependência, os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra a elaborar uma teoria cuja principal característica é a de compreender o estabelecimento de uma relação intrínseca e parasitária entre o desenvolvimento do sistema capitalista, desde a sua fase industrial, nos países do centro, e o subdesenvolvimento dos países periféricos que já haviam sido incorporados ao sistema capitalista a partir do século XVI, na sua fase mercantil. E, mais além, do fato do subdesenvolvimento dos países periféricos

alimentar o desenvolvimento dos países do centro, a forma como produziu a sua acumulação originária e como posteriormente se desenvolveu ali o capital industrial e o capital financeiro, apoiado na rapina de matérias primas e riquezas naturais da América Latina e na troca desigual de mercadorias – matérias primas e alimentos por produtos manufaturados, fatos que na realidade impedem os países periféricos de desenvolverem de maneira autônoma as suas próprias forças produtivas e de gerar o crescimento interno e impedem inclusive o Estado de legislar e proceder à distribuição igualitária da riqueza produzida.

A Teoria da Dependência parte de uma raiz comum à do pensamento cepalino: a de que vigora na América Latina “um capitalismo *sui generis*”, donde concluía que “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (Marini, 1974: 14-15).

Mas, para entender essa especificidade, ter-se-ia que analisar o sistema em seu conjunto “tanto em nível nacional como, **e principalmente [grifo nosso]**, em nível internacional” (Ibid: 14), levando-se em consideração que a **dependência** se inicia com a implantação da divisão internacional do trabalho em meados do século XIX e se exacerba com a emergência do imperialismo a partir do final desse século e, portanto, o conceito só se aplica a esta fase do desenvolvimento do capitalismo.

Nilson Araujo de Souza, tendo como referência Ruy Mauro Marini (Marini. 1977:76; Souza. 1980:140-142) desde quando foi seu orientando na UNAM-México, em seu livro *Economia Brasileira Contemporânea*, sinaliza as duas variáveis que determinam a situação de subdesenvolvimento dos países periféricos e permitem sua análise: a situação das **relações econômicas com os países do centro hegemônico do capitalismo**, especialmente aquele que hegemoniza determinada economia periférica desde fora; e o **nível de desenvolvimento das forças produtiva internas – a força de trabalho** e tecnologias apropriadas à produção interna de bens.

2.1. PADRÃO DE REPRODUÇÃO

Aquele autor também desenvolveu, junto com Ruy Mauro Marini, o conceito de **padrão de reprodução do capital** para entender, no caso brasileiro, a influência da luta de classes no aprofundamento da crise econômica, transformando-a em crise política, determinando seu rumo e, finalmente, mostrar a dialética da determinação infra-estrutura x superestrutura, dos elementos subjetivos do modo de produção capitalista na reprodução no seu conjunto, nos próprios níveis de acumulação, até mesmo na destruição do sistema. No que se refere à sobredeterminação do padrão de reprodução, a preocupação fundamental de Souza, (Souza, 1992:140) residiu em demonstrar como, sob as determinações do padrão de reprodução ocorrem as fases de expansão e crise e os momentos intermediários do processo de produção capitalista e, sobretudo, o comportamento das classes sociais face ao poder do Estado. Em geral o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho tende a alterar os padrões de reprodução do capital afetando não somente o aspecto técnico material do processo produtivo como também sua forma social, quer dizer, as condições sob as quais a própria luta de classes se dá. Com relação aos países e regiões dependentes, as contradições geradas no interior dessas economias e das sociedades se ampliam e aprofundam à medida em que entram em choque padrões de reprodução em momentos de transição de um para o outro, o que geralmente ocorre quando um padrão de reprodução de países dominantes tenta se impor como hegemônico a nível de espaços nacionais e/ou regionais na periferia, determinando a constante redefinição da divisão internacional do trabalho, provocando desequilíbrios no desenvolvimento regional e a acentuação da dependência econômica.

Ruy Mauro Marini recomenda a utilização do conceito de “padrão de reprodução” para a análise do ciclo do capital porque é mais amplo que o de acumulação. Segundo este autor, o conceito de padrão de acumulação definido por Marx em *O Capital*, e usado por diversos autores que estudaram as crises cíclicas do capital “é muito mais restrito e não comporta nem sequer integralmente a fase

de produção” (Marini.1977:76). Este debate é retomado por Nilson Araújo de Souza em sua tese de doutoramento **“Crisis y Lucha de Clases en Brasil: 1974-1979”**, onde discute o conceito em função do tema das crises econômicas que sucedem os auges dos ciclos e da agudização das lutas de classe, chegando à seguinte definição de “Padrão de Reprodução”:

Entendemos por padrão de reprodução a forma como o capital se reproduz num período dado e num espaço dado, tanto em termos de seus elementos materiais quanto – e, sobretudo – em termos de valor; ou seja, enquanto relação social, o que supõe as condições sócio-políticas dessa reprodução. Isto implica em distinguir a forma fundamental de extração de mais-valia (se absoluta, se relativa, se super-exploração); as relações entre os setores produtivos (se a expansão se baseia no setor I, no II ou no III; se se baseia na existência de um setor interno ou na importação de meios de produção); o processo de circulação e os correspondentes padrões de distribuição de renda e de realização; as formas de inserção no sistema imperialista mundial; a forma de dominação imposta pela burguesia (forma de controle sobre a classe operária e demais setores dominados, pacto de dominação e bloco no poder, setores burgueses subordinados, base social de apoio, etc.) (Souza. 1992: 141)

Especifica ainda Nilson Araújo de Souza:

O padrão de reprodução não se confunde com o ciclo econômico. Durante a vigência de um mesmo padrão de reprodução podem ocorrer vários ciclos. O ciclo é a forma clássica como se manifesta a expansão e a crise no capitalismo, começa por um período de expansão, primeiro calma, depois intensa, e termina com a crise. Porém, a forma específica que assume o ciclo depende do padrão de reprodução vigente. Isto é, os elementos gerais, abstratos, que estão presentes em toda expansão capitalista e em toda a crise têm sua forma modificada em função do padrão de reprodução. Além disso, o ciclo assume forma e caráter distintos conforme ocorra a emergência e expansão ou no período de decadência do padrão de reprodução. (Souza. 1992:86-87)

E justifica seu conceito:

A produção não se dá somente na esfera da economia: é aí que tem a sua origem, mas se dá também, como consequência, na superestrutura, em particular através do Estado. Este, além de ser produto dessa reprodução, contribui decisivamente para a mesma. O Estado é ao mesmo tempo objeto e agente de reprodução do capital. É por isso que esta não pode ser estudada sem ser estudado o Estado. Por outro lado, das contradições inerentes à reprodução do capital nasce a luta de classes, do mesmo modo que esta afeta aquela. A luta de classes é o elemento antagônico da reprodução, é a sua negação. Desse modo, na medida em que a reprodução do capital é a reprodução ampliada de suas contradições, supõe a afirmação e a negação do capital. Estudá-la é estudá-la em seus dois aspectos. (Souza. 1992:140)

2.2. A SUPER-EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A Teoria Marxista da Dependência estabelece então o seu principal conceito que é o da **super-exploração da força de trabalho**, isto é, o **pagamento da força de trabalho por abaixo do seu valor** ao identificar esta como sendo a forma como reagem as economias periféricas à necessidade de criar valor para transferir para o centro e para acumular localmente.

Os monopólios viabilizam a apropriação de valor por meio do mecanismo do **intercâmbio desigual**, quando transferem para suas matrizes o valor extraordinário criado na periferia. Este movimento produz não só o desenvolvimento e aceleração da reprodução capitalista nos países hegemônicos como o subdesenvolvimento da periferia via estagnação ou desaceleração da economia, ou seja, deixa os países periféricos sem condições de desenvolver suas próprias forças produtivas (Marini, 1974).

Ao contrário dos países capitalistas do centro que fazem a reprodução do capital apoiados apenas na contradição “valor de uso X valor

de troca” e só circunstancialmente, em situações de crise, usam o mecanismo de extração da mais-valia extraordinária, em países periféricos, pelo fato de terem que contribuir duplamente para a acumulação – a do centro e a sua própria – a extração de mais valia extraordinária – a super-exploração- nos países periféricos, a condição de super exploração é constante e portanto estrutural.

Se a super-exploração da força de trabalho condiciona o desenvolvimento na periferia, significa que condiciona o desenvolvimento da força produtiva do trabalho local (não apenas do trabalho físico e a capacidade do trabalhador de acumular energia e transformá-la em valor, como da criação de tecnologias que ampliam a força produtiva do trabalho). Condiciona, portanto, sua capacidade de transformação das **condições objetivas** de desenvolvimento como também de criar **condições subjetivas** – consciência e formas de luta – para superar as condições objetivas.

O levantamento de variáveis e indicadores que permitem a análise da força de trabalho nos países dependentes sob estes dois aspectos, realizado pelo CIDAMO– *Centro de Estudios de Movimiento Obrero* – coordenado por Ruy Mauro Marini no México, foi por nós transformado no quadro anexo como parte integrante deste estudo metodológico

Um segundo mecanismo é o da **transferência de recursos naturais fundamentais à produção**, como a energia, transmutadas em matérias primas que carregam as calorías que compõem os produtos da cesta de consumo do trabalhador que, ao serem consumidas na produção produzem a mais valia extraordinária de forma constante, desta vez não na periferia, mas no próprio centro. Esta temática está sendo objeto de estudo no Grupo de Estudos da Dependência e Meio Ambiente na USP, na perspectiva da perda da sustentabilidade das economias periféricas.

2.3. O SUBIMPERIALISMO

Um segundo conceito da Teoria Marxista da Dependência é o de **subimperialismo** que dá conta do estabelecimento de uma corrente

de super-exploração entre os países do centro, dos periféricos e os países sub-periféricos. Os países do centro instalam seus monopólios nos países periféricos e fazem desses países trampolim para se instalarem nos países sub-periféricos. Ao mesmo tempo empresas nacionais dos países periféricos, associadas ou não ao capital monopólico do centro, penetram nos mercados dos países com menos desenvolvimento (das forças produtivas) e super-exploram a força de trabalho local. Esta é uma análise econômica do processo que definiria quando um país periférico é subimperialista e o grau desse subimperialismo.

Entre os seguidores de Ruy Mauro Marini, este é um conceito que está em discussão. Os economistas acentuam o aspecto econômico e os sociólogos insistem na relevância da análise do papel do Estado (e do militarismo) dos países periféricos para determinar o seu caráter subimperialista.

2.4. A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O último conceito desenvolvido por Ruy Mauro Marini na Teoria da Dependência foi o de **integração regional**. Em seu livro *“America Latina, dependência e integração”* publicado no começo da década de 1990, a formulação básica que pretendia teorizar era a de que, quanto maior é a dependência externa da América Latina, menores suas possibilidades de integração ou, dito de outro modo, maior a desintegração da região; e, ao inverso, os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua dependência externa entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia dos países periféricos. Neste sentido, a integração regional pode se constituir num dos instrumentos para enfrentar a dependência externa (Souza e Silva, 2012:381)

Duas décadas depois, após a retomada do processo de integração regional com a criação do Mercosul, Marini, naquele seu primeiro livro em língua portuguesa, “trata o fenômeno da integração à luz de sua teoria da dependência. Em essência, para ele, a inserção internacional dependente da economia latino-americana “acarretará também, por isso mesmo, a impossibilidade de integração das economias latino-

-americanas entre elas mesmas” (Marini, 1992: 116-117). Portanto, “não surpreende, assim, que a afirmação da economia capitalista dependente latino-americana, sob sua forma de exportação de produtos primários, faça declinar o espírito integracionista” (Ibid: 117). Por outro lado, sempre que afrouxam os laços de dependência, abre-se espaço para o projeto de integração. Isso ocorreu no começo da década de 1950, quando, estando Perón na presidência da Argentina, que “acentuou sua política independente”, propôs-se a formação da União Econômica Sul-Americana, “que coloca, pela primeira vez de modo coerente, o objetivo da integração econômica regional” (Ibid: 127). O mesmo ocorreu após a emergência da crise estrutural capitalista iniciada no final dos anos de 1960, quando

[...] as políticas de afirmação nacional [latino-americanas] dão origem à busca de afirmação regional, num plano mais global, que terá seu ponto alto na criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, o primeiro organismo de caráter exclusivamente regional e situado numa linha de independência em relação aos Estados Unidos, desde a União Econômica Sul-Americana, de 1953 (Ibid.: 138-139).

O agravamento da crise na década de 1980 teria recolocado a questão da integração latino-americana, levando “alento aos processos de integração regional”, em cujo contexto se cria o Mercosul- Mercado Comum Sulamericano, que “assume importância crescente no plano latino-americano, contrapondo-se à política direta de entendimento com os grandes centros, que desenvolvem o Chile e o México” (Ibid.: 143). Em síntese, a crise e a consequente ofensiva imperialista da década de 1980.

[...] obrigou-os [aos países latino-americanos] à reunião de esforços, mediante a política de concertação, e pôs de novo em primeiro plano a questão da integração regional, agora independentemente dos Estados Unidos e com a participação ativa do Brasil. Mas esse latino-americanismo renovado se configura no contexto de uma realidade mundial profundamente modificada, pela formação dos grandes blocos econômicos hegemônicos pelos centros imperialistas (IBID.: 145).

A partir daí, Marini define sua própria concepção de integração latino-americana:

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que – enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes – promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda. É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supranacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado pela própria vida e que, mais além dos dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América (Ibid.: 145-146).

Mas, para que a integração cumpra esse papel de fortalecer a independência da região e assuma essa característica de promoção da “incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo”,

[...] há, por certo, uma questão ainda mais relevante: retirar-lhe o caráter de competência exclusiva dos governos e da burguesia, através de uma maior iniciativa e controle por parte das forças populares, que dependem da coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar. A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latinoamericanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração (Ibid.: 61).

O Mercosul e os processos de integração da época, como a Comunidade Andina de Nações, não realizaram inicialmente essa proposição de Marini. À medida que colocavam ênfase na prática “comercialista”, esses blocos regionais passaram a funcionar basicamente como área de livre comércio dentro do regionalismo aberto. Enquanto tal privilegiava-se a competição, no lugar da cooperação. O resultado era que, na competição, fortaleciam-se as empresas mais fortes sediadas nos países mais fortes, em detrimento das empresas mais frágeis dos países mais frágeis. Como analisado em outro artigo (Souza, 2012), a ação dos EUA não conseguiu bloquear o processo de integração latino-americano nesse período, mas o moldou segundo os interesses de suas corporações, ao provocar a ênfase nas relações de comércio e no regionalismo aberto.

No entanto, com a emergência de governos progressistas na região, a partir de 1999, não apenas deflagrou-se um processo de mudança do Mercosul, como se criaram novos blocos regionais, como a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América – ALBA e a União das Nações Sul-Americanas - UNASUL. Como sempre, Marini teria antecipado processos que ocorreriam tempos após suas formulações. Não

significa que, em nível da prática, esses projetos já estejam expressando inteiramente as postulações de Marini, mas, em grande medida, recolhem suas ideias pelo menos no nível do discurso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações que cabem no espaço deste trabalho são indicativas de que novos conceitos precisam ser aprofundados para que se possa entender a real condição de subordinação do desenvolvimento dos países periféricos da América Latina e das tendências que ali se manifestam diante da fragilização das hegemonias do centro e do fortalecimento e inovação das democracias nesses países. O conceito de **subordinação cultural** discutido atualmente pela corrente de pensamento latino-americana denominada *Decolonialidad Latinoamericana* que preconiza a descolonização intelectual, científica e ideológica traz à luz questões de fundo, como é o caso da inovação endógena, da sustentabilidade e finitude dos recursos naturais, cruciais para o equacionamento do desenvolvimento das economias capitalistas. Quanto às propostas de intervenção, consideramos que aquelas que propõem a superação da dependência pela via econômica, do desenvolvimento tecnológico endógeno e pela integração cultural dos povos, pela via política, do desenvolvimento da democracia e da mudança constitucional que garanta a participação da classe trabalhadora nas decisões do estado soberano, e pela via social, da garantia dos direitos sociais da população, são as que dão consequência prática aos elementos conceituais aqui discutidos. Estes conceitos e estas práticas merecem ser analisados em detalhe. É o que pretendemos continuar fazendo em nossos próximos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1974.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. Estado y crisis en Brasil. In: *Cuadernos políticos*. México: n. 13, p. 76- 84, jul-sep. 1977.

FAVARETTO, Celso F. et ali. *Epistemologia das ciências sociais*. São Paulo: EDUC, Série Cadernos PUC, 19, 1984.

SOUZA, Nilson Araujo de. América Latina: as ondas da integração. In: *Revista OIKOS*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012.

_____. *Teoria marxista das crises*. São Paulo: Global/UFMS, 1992.

_____. *Crisis y lucha de clases en Brasil: 1974-1979*. Mexico: Tesis Doctoral-UNAM, 1980.

_____; SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. Dependência e Integração da América Latina. In: SARTI, I. et ali. *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio e Janeiro: PerSe, Vol I. p. 381-394, 2013.

Recebido: 18/06/2016

Aceito: 07/09/2016